

Avaliação da utilização e conhecimento sobre bulas de medicamentos na população de Campina Grande – PB e municípios adjacentes

Débora Joana Almeida Gomes¹, Rafaela Costa Barbosa¹, Francisco José Batista de Lima Júnior¹

¹Centro Universitário Facisa, Campina Grande, Paraíba, Brasil.

Autor para correspondência: Francisco José Batista de Lima Júnior. E-mail: francisco.lima@maisunifacisa.com.br

Todos os autores deste artigo declaram que não há conflitos de interesses.

Artigo original – Ciências Farmacêuticas

Resumo

A bula é um documento legal sanitário com informações técnico-científicas sobre os medicamentos, podendo promover o uso racional, a segurança e a eficácia terapêutica. Este estudo investigou o uso e o grau de conhecimento das bulas de medicamentos pela população da Região Geográfica Imediata de Campina Grande, Paraíba. Trata-se de uma pesquisa transversal, exploratória e quantitativa, realizada em março de 2024 através de questionário on-line compartilhado em redes sociais e aplicativos de mensagens. A pesquisa coletou dados sobre aspectos socioeconômicos, de saúde, sobre o uso de medicamentos e suas bulas. Foram analisadas 101 respostas de participantes maiores de 18 anos que utilizaram medicamentos nos seis meses anteriores à pesquisa. A idade média foi de $28,8 \pm 11,5$ anos, predominando o sexo feminino (66,3%) e indivíduos com nível superior incompleto (56,4%), atuantes principalmente na área de saúde e bem-estar (34,7%). Vinte e cinco participantes autodeclararam possuir diagnóstico de ansiedade, embora os fármacos mais utilizados tenham sido medicamentos isentos de prescrição, analgésicos, anti-inflamatórios e antipiréticos. Embora 97% considerassem importante a leitura da bula, apenas 60% a liam antes de iniciar o tratamento, priorizando contraindicações, modo de uso, posologia e reações adversas. Os motivos para a não

leitura incluíram tamanho da fonte, formatação e dificuldade de compreensão de termos utilizados. Conclui-se que, embora a bula seja uma ferramenta essencial para o uso racional de medicamentos, suas limitações quanto à acessibilidade e compreensão reforçam o papel do farmacêutico como agente fundamental na mediação das informações e na promoção do uso seguro desses produtos pela população.

Palavras-chave: bulas de medicamentos; comportamento de busca de informação.

Assessment of medication package insert utilization and knowledge among the population of Campina Grande – PB and adjacent municipalities

Abstract

The package insert is a legal and sanitary document containing technical and scientific information about medications, with the potential to promote rational use, safety, and therapeutic efficacy. This study investigated the use and level of knowledge regarding medication package inserts among residents of the Immediate Geographic Region of Campina Grande, Paraíba, Brazil. A cross-sectional, exploratory, and quantitative survey was conducted in March 2024 using an online questionnaire shared via social media and messaging apps. The survey collected data on socioeconomic status, health, medication use, and familiarity with package inserts. A total of 101 responses were analyzed from participants aged 18 or older who had used medications in the six months prior to the study. The mean age was 28.8 ± 11.5 years, with a predominance of women (66.3%) and individuals with incomplete higher education (56.4%), most of whom worked in the Health and Wellness sector (34.7%). Twenty-five participants self-reported a diagnosis of anxiety, although the most commonly used medications were over-the-counter drugs, such as analgesics, anti-inflammatory agents, and antipyretics. While 97% considered reading the package insert important, only 60% reported doing so before beginning treatment, focusing on contraindications, directions for use, dosage, and adverse effects. Reasons for not reading included small font size, formatting, and difficulty understanding technical terms. In conclusion, although the package insert is a key tool for promoting the rational use of medications, its limitations in accessibility and comprehension highlight the essential role of pharmacists in facilitating access to information and ensuring the safe use of these products by the general population.

Keywords: medicine package inserts; information seeking behavior.

Introdução

O uso racional de medicamentos compreende a prescrição apropriada e o consumo nas doses indicadas, nos intervalos definidos e no período indicado de medicamentos eficazes, seguros e de qualidade. Uma ferramenta útil para promoção desse uso racional é a bula, um documento legal sanitário que contém informações técnico-científicas e orientadoras sobre os medicamentos. Em setembro de 2009, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a partir da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) n° 47, estabeleceu as regras para elaboração e harmonização das bulas de medicamentos, com o intuito de garantir as informações necessárias para o paciente, promovendo o uso racional, a segurança do usuário e a eficácia terapêutica¹.

A presença de termos técnicos nas bulas afeta, de forma negativa, a compreensão sobre os medicamentos, podendo levar à ineficácia da farmacoterapia e colocar em risco a segurança de seus usuários². Um estudo com dados de 28.427 participantes da Pesquisa Nacional sobre Acesso, Utilização e Promoção do Uso Racional de Medicamentos no Brasil (PNAUM) mostrou que 59,6% geralmente leem as bulas, sendo que 98,4% as consideram necessárias. No entanto, mais da metade indicou dificuldades com legibilidade (ver o que está escrito) e leiturabilidade (entender o que está escrito) das bulas. Além disso, pessoas menos instruídas relataram maior dificuldade em compreendê-las³.

Os profissionais da área de saúde, como médicos e farmacêuticos, têm o conhecimento necessário para avaliar a qualidade das bulas, identificar possíveis falhas e sugerir melhorias no seu conteúdo. Assim, dentre as atribuições, o farmacêutico pode auxiliar os usuários de medicamentos também na leitura e interpretação de bulas, favorecendo o uso racional e reduzindo riscos².

Além disso, esse profissional também desempenha papel crucial no controle da automedicação, uma prática comum, visto que é um dos responsáveis por transmitir as informações necessárias referentes ao uso de fármacos. Estudantes universitários, por exemplo, sofrem grande influência dos meios de comunicação e propaganda para se automedicar, mas consideram importante obter informação científica sobre os medicamentos antes de comprá-los⁴.

Dessa forma, considerando a escassez de estudos que abordem a utilização de bulas de medicamentos na mesorregião do estado da Paraíba, especialmente com foco

nos hábitos e dificuldades enfrentadas pela população, surgiu o interesse em investigar essa temática a partir da perspectiva dos próprios usuários.

O presente projeto buscou conhecer o perfil de uso e o grau de conhecimento sobre bulas de medicamentos da população da Região Geográfica Imediata de Campina Grande, no estado da Paraíba. Para isso, foi realizada uma coleta de dados visando a identificar as informações mais buscadas pelos usuários nas bulas, as dificuldades enfrentadas durante a leitura, bem como aspectos socioeconômicos e de saúde desses indivíduos.

Métodos

Esta é uma pesquisa transversal, de caráter exploratório e quantitativo. O estudo incluiu moradores da Região Geográfica Imediata de Campina Grande no estado da Paraíba, uma divisão empregada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa região engloba 47 municípios, como, por exemplo, Boqueirão, Cabaceiras, Campina Grande, Queimadas, Esperança, Alagoa Grande, Lagoa Seca, Areia, Remígio, Pocinhos, Ingá, Juazeirinho e Soledade.

A amostra foi composta por residentes dos municípios da região de estudo, maiores de 18 anos, que responderam ao questionário on-line disponibilizado através das redes sociais dos pesquisadores responsáveis. Para participar da pesquisa, o respondente deveria ter utilizado algum medicamento nos últimos seis meses que antecederam o preenchimento do questionário.

Para o preenchimento do questionário, era necessário o aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme definido pela Resolução nº 466, de 2012, do Conselho Nacional de Saúde (2013)⁵. Ao acessar o link para responder à pesquisa, o participante encontrava o TCLE e o assinava eletronicamente. A assinatura virtual foi realizada por meio da marcação da frase “Declaro que li e concordo em participar da pesquisa”, disponível ao participante logo após a apresentação do registro e do TCLE.

O questionário foi desenvolvido com a ferramenta Google Forms e disponibilizado para divulgação e preenchimento através das redes sociais e grupos de aplicativos de mensagens dos pesquisadores (Instagram e WhatsApp), ficando aberto para receber respostas durante o mês de março de 2024. Os participantes foram convidados a responder à pesquisa e, quando possível, a compartilhar o link com outras pessoas que

também atendessem aos critérios de elegibilidade. Essa estratégia configurou uma amostragem não probabilística do tipo bola de neve.

As primeiras perguntas tinham o objetivo de ajudar a traçar o perfil dos participantes, sendo elas: cidade de residência, data de nascimento, sexo, nível de escolaridade, vínculo empregatício, uso de medicamentos nos últimos seis meses e, se possível, existência de doenças diagnosticadas, como hipertensão, dislipidemia, diabetes, ansiedade e depressão.

A segunda etapa do questionário abordou o uso das bulas de medicamentos: finalidade do uso de medicamentos, existência ou ausência de prescrição, informações que buscam ao realizar a leitura, por qual meio faz a leitura, em que momento da farmacoterapia é feita a leitura da bula, informações que procuram e motivos para o desinteresse ou dificuldade.

Os dados obtidos foram organizados em planilhas e representados por meio de tabelas e gráficos. Foi realizada a análise descritiva dos dados, sendo representados em dados percentuais ou em média \pm desvio padrão da média.

Resultados

O formulário on-line foi preenchido por 109 participantes que assinaram o TCLE. Destes, 101 (92,7%) declararam ter utilizado algum medicamento nos seis meses que antecederam o preenchimento. A análise dos dados a seguir foi feita a partir desses 101 que declararam utilizar algum medicamento nos últimos seis meses.

A média de idade foi de $28,8 \pm 11,5$ anos, variando de 18 a 71 anos e a maior parte (66,3%) afirmou ser do sexo feminino. Os municípios com maior número de respostas foram Campina Grande, com 51 (50,5%), Cabaceiras, com 25 (24,8%), Juazeirinho, com 7 (6,9%), e Queimadas, com 6 (5,9%). Com relação ao nível de escolaridade, 57 participantes (56,4%) afirmaram ter Ensino Superior incompleto, o que sugere uma participação maior de estudantes universitários; os demais incluíram: 23 (22,8%) com Ensino Superior completo e 18 (17,8%) com Ensino Médio completo (tabela 1).

Tabela 1 – Informações sociodemográficas

Variável	Categoria	%
Média de idade	28,8 ± 11,5	-
Sexo	Feminino	66,3
	Masculino	33,7
Municípios	Campina Grande	50,5
	Cabaceiras	24,8
	Juazeirinho	6,9
	Queimadas	5,9
Nível de escolaridade	Superior incompleto	56,4
	Superior completo	22,8
	Médio completo	17,8
Vínculo empregatício	Carteira assinada	40,6
Área de atuação	Saúde e bem-estar	34,7
	Administração, negócios e serviços	13,9
	Comunicação e informação	7,9
	Ciências sociais e humanas	7,9
	Ciências biológicas e da terra	7,9

Fonte: elaborada pelos autores (2024).

A respeito do vínculo empregatício, o maior percentual foi de trabalhadores de carteira assinada (40,6%). Os demais, indicaram estar trabalhando sem carteira assinada ou não possuem vínculo empregatício no momento. No que se refere à renda mensal, a maior parcela dos participantes (62%) afirmou receber até um salário-mínimo e meio. As áreas com maior percentual de respostas foram saúde e bem-estar, com 35 respostas (34,7%) e administração, negócios e serviços, com 14 (13,9%). As áreas de comunicação e informação, ciências sociais e humanas, ciências biológicas e da terra receberam, cada uma 8 respostas, correspondendo a 7,9%. Quanto ao estado civil, 74 (73,3%) participantes afirmaram ser solteiros (tabela 1).

Quando questionados sobre as patologias que possuíam com diagnóstico, 25 pessoas afirmaram ter ansiedade, enquanto todas as outras doenças tiveram valor igual ou inferior a 9. As respostas referentes à finalidade de uso destacaram medicamentos isentos de prescrição (MIP), como analgésicos, antipiréticos e anti-inflamatórios (62

participantes), antialérgicos (29), descongestionantes nasais (20) e vitaminas e suplementos alimentares (17) (tabela 2).

Tabela 2 - Principais doenças autodeclaradas e finalidades de uso de medicamentos

Doenças diagnosticadas		Finalidades de uso de medicamentos	
Descrição	Número de pessoas	Descrição	Número de pessoas
Ansiedade	25	Analgésico, antipirético e anti-inflamatório	62
Depressão	9	Antialérgico	29
Doença ocular	9	Anticoncepcional (adesivo, oral ou injetável)	21
Doença do sistema respiratório	9	Descongestionante nasal	20
Doença de pele	8	Vitaminas e suplementos alimentares	17
Outras doenças do sistema endócrino	7	Antimicrobiano	11
Hipertensão arterial	6	Antidepressivo	11
Doença do sistema gastrointestinal	6	Tratamento de doença de pele	9
Doença óssea	6	Ansiolítico	8
Diabetes	5	Repositor da flora intestinal	8
Outras doenças do sistema cardiovascular	2	Antiácido, antiflatulentos ou laxantes	8
Dislipidemia	2	Tratamento de doença do sistema gastrointestinal	7
Outras doenças neuropsicológicas	2	Anti-hipertensivo e/ou antiarrítmicos	7
		Insulina e antidiabéticos orais	6

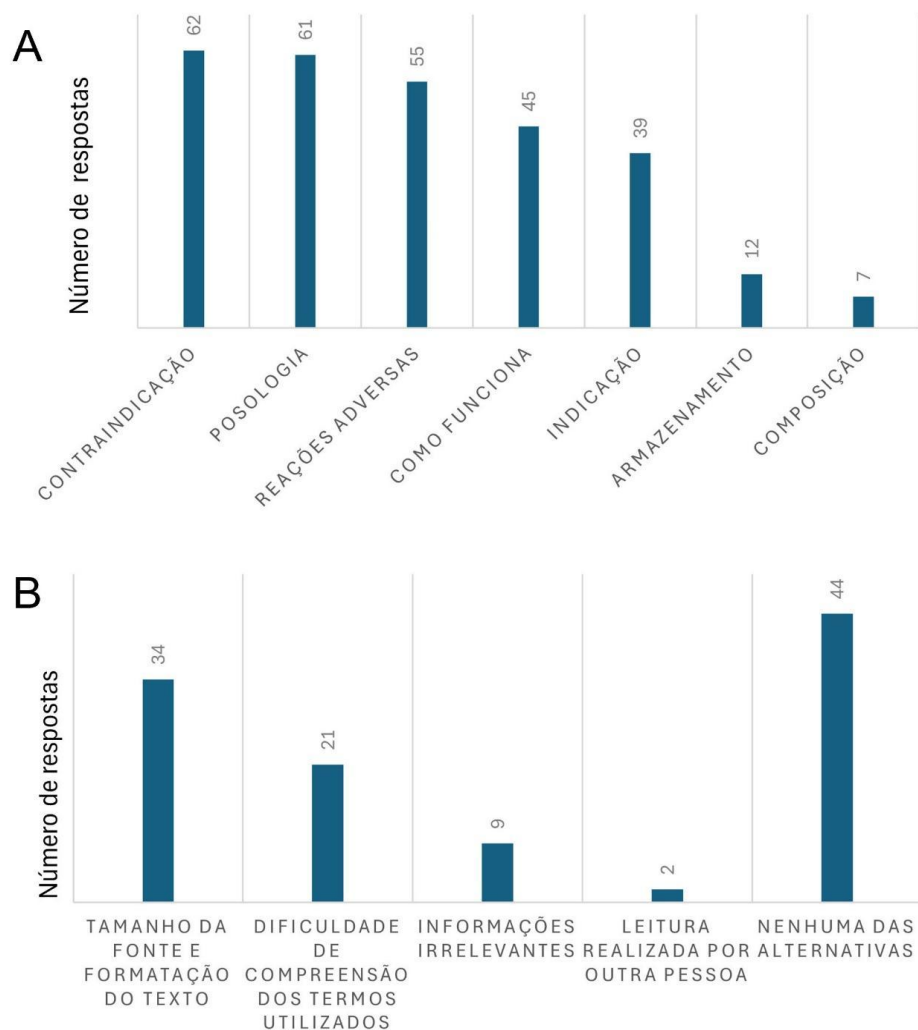
Fonte: elaborada pelos autores (2024).

Ao serem questionados sobre a existência de prescrição para os medicamentos utilizados, 39% dos participantes afirmaram que todos os medicamentos foram prescritos, enquanto 37% que havia prescrição de apenas alguns dos medicamentos e 24% se automedicaram. 97% responderam que consideram importante a leitura das bulas de medicamentos. Ao serem questionados sobre a forma de leitura, o principal meio foi a

bula física, sendo 72% das respostas. Os mecanismos de busca on-line e bulário eletrônico da Anvisa obtiveram 30% e 13% das respostas, respectivamente. Apenas 1% dos participantes afirmou ler a bula a partir do QR Code presente na embalagem dos medicamentos.

A maioria dos participantes (60%) relatou ler a bula antes de iniciar o tratamento. As informações mais procuradas durante essa leitura foram: contraindicação, modo de uso e posologia e reações adversas (figura 1A). Quando não realizam a leitura da bula, os motivos alegados foram, principalmente, o tamanho da fonte e a formatação do texto, bem como dificuldade de compreensão dos termos utilizados (figura 1B).

Figura 1 - Gráficos com informações mais buscadas nas bulas de medicamentos e motivos que levavam à não leitura das bulas



(A) Número de respostas registradas para informações que são buscadas nas bulas antes de fazer uso do medicamento. (B) Número de respostas registradas para as justificativas de não ler as informações contidas nas bulas. **Fonte:** elaborada pelos autores (2024).

Discussão

A análise das informações sociodemográficas dos participantes da pesquisa identificou que se trata tipicamente de indivíduos em torno de 20 a 30 anos de idade, principalmente do sexo feminino e com nível superior incompleto.

Dentre as doenças que foram declaradas como já diagnosticadas pelos participantes, destacou-se a resposta “ansiedade”. A Organização Mundial da Saúde afirma que mais de 10% das doenças de nível global são causadas por transtornos mentais, neurológicos e por uso de substâncias, sendo a depressão e a ansiedade as doenças mentais mais comuns⁶. Em um estudo transversal, realizado entre os anos de 2011 e 2014 com 1.953 pessoas entre 18 e 35 anos da região Sul do Brasil, indicou-se uma prevalência de 27,6% de diferentes formas de transtorno de ansiedade, com maior prevalência em mulheres⁷.

Ainda nesse contexto de saúde mental e considerando que a maior parte da nossa amostra atua no segmento de saúde e bem-estar, o resultado de uma pesquisa realizada com 1.079 profissionais de enfermagem do estado de São Paulo, das quais 87% eram do sexo feminino, mostrou que 50,8% já havia sido diagnosticado com algum problema de saúde psíquico/mental (ansiedade, depressão, burnout etc.)⁸.

Por outro lado, ansiolíticos e antidepressivos não constituíram os medicamentos mais utilizados pelos participantes deste estudo, em que se destacaram aqueles isentos de prescrição (MIPs), como analgésicos, antipiréticos, anti-inflamatórios, antialérgicos, descongestionantes nasais, vitaminas e suplementos alimentares. Além de dispensarem prescrição, os MIPs possuem baixo custo para aquisição, facilitando, assim, o acesso da população, mas favorecendo a prática de automedicação. Segundo Arrais et al.⁹, a prevalência dessa prática se mostrou maior na região Nordeste, sobretudo pelo sexo feminino, com idade entre 20 e 39 anos.

Um estudo feito com adolescentes de 18 e 19 anos mostrou que 70,9% fizeram uso de medicamentos sem prescrição médica ou indicação de algum profissional de saúde; os analgésicos e anti-inflamatórios estão entre os MIPs mais utilizados, representando 34,8% e 17,8%, respectivamente¹⁰. Ainda em acordo, o estudo de Bohomol e Andrade¹¹ com estudantes universitários de um curso da área da saúde mostrou que 99,2% praticavam automedicação e utilizavam principalmente analgésicos não opioides

e antipiréticos (45,1%), anti-inflamatórios não esteroidais (9,5%) e anti-histamínicos (8,2%).

Uma pesquisa realizada com 400 brasileiros, de diferentes regiões do país, avaliou o padrão de consumo de anti-inflamatórios não esteroidais e antibióticos entre os anos de 2022 e 2023. A amostra era composta, em sua maior parte, por mulheres e pela faixa etária de 18 a 28 anos. Nos resultados, 89,5% revelaram ter utilizado anti-inflamatórios não esteroidais, e 32,2%, antibióticos nos 90 dias que antecederam a pesquisa. Além disso, os efeitos adversos mais comuns foram relacionados ao trato gastrointestinal, como azia, diarreia e náuseas¹².

Indiscutivelmente, um dos maiores riscos com a automedicação é a ocorrência de eventos adversos a medicamentos (EAM). Sousa et al.¹³, em estudo a partir de dados da PNAUM, apresentou que a prevalência de EAM no Brasil é de 6,6%, sendo mais frequente em indivíduos do sexo feminino, na faixa etária entre 20 e 39 anos, que faziam uso de cinco ou mais medicamentos e que praticaram automedicação. Ao avaliar os fármacos que causavam EAM mais frequentemente, identificaram-se os antidepressivos fluoxetina e amitriptilina, assim como o anti-inflamatório não esteroidal diclofenaco.

Os dados do presente estudo revelaram que os participantes julgaram importante a consulta à bula, no entanto, apenas 60% deles fazem a leitura de seu conteúdo, com ênfase em contraindicação, posologia e reações adversas. Além disso, ficou clara a importância da existência de uma bula física, em papel, para consulta das informações, mesmo com a facilidade para acesso de mídias digitais atualmente.

Bohomol e Andrade¹¹ apontaram que 61,9% dos participantes do seu estudo liam a bula antes de realizarem a automedicação sem prescrição e, entre as informações procuradas nas bulas, estavam a indicação (86,5%), a contraindicação (76,2%) e as reações adversas (72,2%), enquanto 4% afirmaram que nunca faziam a leitura prévia antes do uso de medicamentos.

Apesar da RDC nº 47 de 2009 detalhar como deve ser a formatação do texto de bulas, como, por exemplo, em tamanhos de fonte e espaçamentos, bem como explicitar que o texto deve “ser escrito em linguagem acessível, com redação clara e concisa”¹, os motivos alegados para as bulas não serem lidas incluíram tamanho da fonte, formatação do texto e dificuldade de compreensão dos termos utilizados. Esse resultado permanece em consonância com os resultados de Pizzol³, que também detectaram dificuldades de legibilidade e leiturabilidade a partir dos dados da PNAUM.

Além disso, deve-se atentar ao conteúdo que é fornecido nas bulas. Ao serem analisadas bulas eletrônicas destinadas aos profissionais de saúde de medicamentos potencialmente inapropriados (MPI) para idosos, verificou-se que, das 33 bulas analisadas (entre anti-inflamatórios não esteroidais, benzodiazepínicos, antiulcerosos e outras classes), cerca de 21% não apresentavam seção específica destinada ao uso por idosos, e os dados encontravam-se dispersos. Além disso, 64% estavam com informações incompletas, pois alguns dos motivos para o medicamento ser considerado um MPI não foram encontrados nas respectivas bulas¹⁴.

Ao serem analisadas as informações presentes em bulas de medicamentos comumente prescritos para dispepsia e constipação, verificou-se que pelo menos duas em cada dez não apresentam qualquer informação sobre o uso durante a amamentação¹⁵. Conjuntamente, bulas dos antibióticos para o tratamento da tuberculose atendem à maioria das exigências, mas houve ausência de algumas informações, bem como dados com variado grau de precisão, a exemplo da ausência da ação esperada do medicamento, imprecisão nos cuidados de armazenamento e uso de frases subjetivas, como “refeições leves” e “problemas no sangue”¹⁶.

Por fim, vale destacar as diferenças entre as normativas das agências reguladoras de bulas de medicamentos brasileiras, europeias e americanas. A Food and Drug Administration (FDA), dos Estados Unidos, possui quatro regulamentos federais e doze diretrizes específicas; a European Medicines Agency (EMA), da União Europeia, adota quatro diretrizes comuns aos países membros. Em contrapartida, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), no Brasil, conta com apenas um regulamento para a elaboração de bulas, o que pode contribuir para lacunas nas informações fornecidas ao consumidor brasileiro¹⁷.

Conclusão

As bulas são documentos que reúnem informações essenciais sobre medicamentos, voltadas não apenas aos profissionais de saúde, mas também aos usuários. O público-alvo deste estudo, moradores de Campina Grande e municípios próximos, está sujeito a diversas comorbidades de elevada prevalência, como transtornos psiquiátricos, que demandam o uso de fármacos. Além disso, observou-se um consumo expressivo de MIP, como anti-inflamatórios e antialérgicos, comumente utilizados no autocuidado, mas que também favorecem a automedicação e seus riscos associados.

Assim, a bula se torna uma ferramenta crucial para um direcionamento adequado ao uso racional de medicamentos. Contudo, apesar da regulamentação vigente, persistem barreiras que dificultam sua utilização adequada pela população. Nesse contexto, o farmacêutico é mais um importante integrante no processo de aquisição das informações sobre medicamentos, contribuindo para a leitura, compreensão e aplicação segura das orientações contidas nas bulas.

Referências

1. Brasil. Resolução RDC nº 47, de 8 de setembro de 2009. Estabelece regras para elaboração, harmonização, atualização, publicação e disponibilização de bulas de medicamentos para pacientes e profissionais de saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Disponível em: [https://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/\(7\)RDC_47_2009_COMP.pdf/3adf4c32-50d1-43bb-9e01-294afe0c379d](https://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/(7)RDC_47_2009_COMP.pdf/3adf4c32-50d1-43bb-9e01-294afe0c379d)
2. Pires CM, Cavaco AM. Exploring the perspectives of potential consumers and healthcare professionals on the readability of a package insert: a case study of an over-the-counter medicine. *Eur J Clin Pharmacol* [internet]. 2014 [acesso em 05 mar 2026]; 70: 583-8. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24458540/>
3. Pizzol TSSD, Konno TM, Mengue SS, Bertoldi AD, Farias MR, Arrais PSD, et al. Medicine package inserts from the users' perspective: are they read and understood? *Rev Bras Epidemiol* [internet]. 2019 [acesso em 05 mar 2026]; 22:e190009. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30892472/>
4. Martinez-Rojas SM, Ruiz-Roa SL, Sánchez-Pérez DG, Castellanos MNJ. Panorama de la automedicación en estudiantes de educación superior: una mirada global. *Rev Cienc Cuid* [internet]. 2022 [acesso em 05 mar 2026]; 19(2): 99-111. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2022/06/1373533/articulo-9-3312.pdf>
5. Brasil. Resolução CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: Conselho Nacional de Saúde [internet]; 2013 [acesso em 05 mar 2026]. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>

6. World Health Organization. WHO Special Initiative for Mental Health. 2024. Disponível em: <https://www.who.int/initiatives/who-special-initiative-for-mental-health>
7. Costa CO, Branco JC, Vieira IS, Souza LDM, Silva R. Prevalência de ansiedade e fatores associados em adultos. J Bras Psiquiatr [internet]. 2019 [acesso em 05 mar 2026]; 68(2): 92-100. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/PSrDy4ZFSGDCzNgJfJwVRxz/abstract/?lang=pt>
8. Santana LL, Sena AB, Cavalcante SMS, Rodrigues JÁ, Morais SHD, Sampaio JCC, et al. Prevalence of mental and behavioral disorders among nursing workers and associated factors. Rev Gaúcha Enferm [internet]. 2024 [acesso em 05 mar 2026]; 45:e20230211. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rgenf/a/dDb7p8S979fZJZWTqRJwPGh/?format=html&lang=en>
9. Arrais PSD, Fernandes MEP, Pizzol TSSD, Ramos LR, Mengue SS, Luiza VL, et al. Prevalence of self-medication in Brazil and associated factors. Rev Saude Publica. 2016 [acesso em 05 mar 2026]; 50(supl 2):13s. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/PNCVwkVMbZYwHvKN9b4ZxRh/?format=html&lang=en>
10. Godinho JLP, Santos CA, Barros DC, Machado DLS, Silva ACS, Almeida RMC, et al. Prevalence of self-medication and associated factors in adolescents aged 18–19 years: the 1997/1998 cohort in São Luís-MA, Brazil. Cien Saude Colet [internet]. 2022 [acesso em 05 mar 2026]; 27(8): 3341-53. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/74kwqntL6xCTJwTPNnqyV3j/?lang=en>
11. Bohomol E, Andrade CM. Prática da automedicação entre estudantes de enfermagem de instituição de ensino superior. Ciênc Cuid Saude [internet]. 2020 [acesso em 05 mar 2026]; 19:e48001. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1375086>
12. Pedrolongo DA, Leal AMS, Silva IMB, Figueiredo JS, Andrade MT, Costa C, et al. Study on the consumption of non-steroidal anti-inflammatory drugs and antibiotics by the Brazilian adult population: a cohort study. Pharmacy [internet]. 2024 [acesso

- em 05 mar 2026]; 12(5):150. Disponível em:
<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/39452806/>
13. Sousa LAO, Silva TCB, Mendes MIV, Braga LM, Guerra Júnior AA, Costa EA. Prevalência e características dos eventos adversos a medicamentos no Brasil. *Cad Saude Publica* [internet]. 2018 [acesso em 05 mar 2026]; 34(4):e00040017. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csp/a/LtKS43gc5RwxxYs6Qkv5Wqv/?lang=pt>
14. Freitas VAA, Pereira SL. Bulas de medicamentos não apresentam informações adequadas sobre potenciais riscos para idosos no Brasil. *Geriatr Gerontol Aging* [internet]. 2023 [acesso em 05 mar 2026]; 17:e0230011. Disponível em:
https://ggaging.com/Content/pdf/pt_v17e0230011.pdf
15. Roseno DA, Sempé TS, Schmalpus TO, Giugliani C, Dal Pizzol TSSD. Instruções em bulas destinadas ao uso de medicamentos para dispepsia e constipação durante a lactação. *Rev Bras Med Fam Comunidade* [internet]. 2024 [acesso em 05 mar 2026]; 19(46):e3758. Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/3758>
16. Madureira GC, Comarella L. Análise técnica das bulas dos antibióticos utilizados contra tuberculose. *Saude Redes* [internet]. 2020 [acesso em 05 mar 2026]; 6(1):175-86. Disponível em: <https://revista.redeunida.org.br/ojs/index.php/rede-unida/article/view/2206>
17. Rodrigues Melo TA, da Silva ÍAB, de Paula CGD, Caldas Rios C, Bottacin WE, Vasconcelos Filho EVD, et al. Avaliação comparativa das regulamentações, diretrizes e normas para a criação das fontes de informação oficiais sobre medicamentos (bulas) para profissionais de saúde disponibilizadas no Brasil, Europa e Estados Unidos. *Braz J Dev* [internet]. 2020 [acesso em 05 mar 2026]; 6(8): 62407-15. Disponível em:
<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/15642>